

MATRIZ DE AVALIAÇÃO PARA JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

Documento: PQ-000-V.2

Elaborado em: 16/05/2023

Elaborado por: Comissão Interna de Chamamento Público

UNIDADE: HOSPITAL ESTADUAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA CAIO LOUZADA - HEAPA

NOME DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL: INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - IPGSE

NT: FA.1 + FA.2+ FA.3

Nota FA.1: Área de Atividade =

Máximo 20 pontos

Nota FA.2: Área de Qualidade =

Máximo 20 pontos

Nota FA.3: Qualificação Técnica =

Máximo 60 pontos

TOTAL:

79,80

() Classificada

() Desclassificada

OBS: só será classificada a OS que tiver pontuação mínima de 50% de cada área avaliada, SENDO F1 ≥ 10, F2 ≥ 10 e F3 ≥ 30, totalizando pontuação mínima de 50 pontos.

FA.1 – Área de atividades: Avalia a adequação da proposta de organização dos serviços e execução das atividades assistenciais à capacidade operacional da Unidade. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:		Pontuação Total: 20 pontos		Página da Proposta	JUSTIFICATIVA DA AVALIAÇÃO		
		Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída		Referência / Fonte	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
Implantação de fluxos individualizada ao perfil da unidade de saúde (A forma de apresentação será considerada levando-se em conta a clareza e entendimento do fluxo)	Fluxos operacionais compreendendo circulação em áreas restritivas, externas e internas	02 pontos	2	51 a 135	https://ferramentasdaqualidade.org/fluxograma/ RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 do ms (https://bvsm.s.saude.gov.br/bvsm/saudelegis/anvisa/2002/res0050_21_02_2002.html) ; em conformidade com a ABNT NBR 9050	Apresentação dos fluxos mapeados	Apresentou mapeamento com sinalização (estrutura física) da unidade de saúde. Apresentou fundamentação das etapas e fluxos com os principais elementos pertinentes a circulação em áreas restritivas, externas e internas com fluxogramas detalhados das etapas (pré-definidos/alternativos), início/fim, operacional envolvidos e decisão, demonstrando implantação das ações/acessos compatível com o operacional da unidade de saúde (citou e apresentou mapeamento de fluxos por área da unidade a exemplo: centro cirúrgico e CME). Realizou a separação de fluxos parte interna, externa e restritiva de forma fundamentada e ordenada possibilitando identificar os serviços prestados pela unidade, considerando a condição de hospital regulado, em conformidade com o descrito no edital.
	Fluxo unidirecional para materiais esterilizados/roupas	02 pontos	2	135 a 153	RDC nº 15, de 15 de março de 2012 do MS (https://www.sindhoesg.org.br/resolucao-%C2%96-rdc-anvisa-no15-de-15-de-marco-de-2012)	Verificar se há fluxos cruzados	FLUXO CME: fundamentação descreve periodicidade das atividades, e áreas pertinentes ao setor, fluxo geral de área suja e área limpa e fluxos individualizados de tratamento dos diferentes processos utilizados no CME. (sugestão: fluxo geral para materiais esterilizados contemplando área suja e área limpa, além de fluxos operacionais específicos referente as etapas do Macroprocesso do setor. FLUXO ROUPA: descreve remoção, coleta e transporte , classificação e processamento de lavagem da roupa suja. Para roupa limpa: embalagem, armazenamento e distribuição. O item foi apresentado em texto e fluxogramas detalhados das etapas.
	Fluxo unidirecional de resíduos de serviço saúde	02 pontos	1,8	153 a 160	RDC nº 306/04 da ANVISA e a resolução nº 358/05 do CONAMA (https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/15135807-res-306.pdf ; Manual Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde ANVISA -2006	1.Segregação; 2.acondicionamento; 3.classificação; 4.transporte interno; 5.local de armazenamento (temporário e externo); 6.transporte externo e destinação final; 7.quantificação das lixeiras	Descreveu todas as etapas / especificidades necessárias ao PGRSS, por meio de texto fundamentado e apresentação de fluxogramas, mas não descreveu quantitativo ou metodologia para definição de quantidades de lixeiras considerando planta e atividades da unidade de saúde pretendida.
	Implantação de Logística de Suprimentos	01 ponto	1	160 a 196	Diretrizes sobre Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento de Medicamentos e RDC 430/2020 (https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-de-diretoria-colegiada-rdc-n-430-de-8-de-outubro-de-2020-282070593)	Áreas segregadas (recebimento, armazenamento); Atividades de conferência, separação, reposição e distribuição, processos de limpeza e segurança do ambiente, controle de temperatura e umidade	Apresentou documentação sobre gestão de suprimentos descrevendo: planejamento e formas de aquisição, armazenamento, distribuição específica critérios para medicamentos (serviços de farmácia e materiais) de forma fundamentada, questões sobre: aquisição, qualificação/avaliação de fornecedores e pagamento. Apresenta Sstema para Gestão de Suprimentos com ações de classificação, controle, gestão. Define estoque mínimo. Traz texto e fluxogramas.
Proposta para Regimento Interno da Unidade	01 ponto	1	pags 197 a 289	Manual de boas práticas para elaboração de Regimento Interno ANVISA - 2020 (https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/institucional/arquivos/manual_ri_anvisa.pdf)	Deve conter na sua estrutura: Da Natureza, Sede e Finalidade; Da Estrutura Organizacional; Das Competências das Unidades; Das Atribuições dos Dirigentes; Do patrimônio e das receitas; e Disposições Gerais.	Apresentado às pags 197 a 260, a proposta de Regimento Interno da candidata para o HEAPA contendo toda a estrutura formal de regimento, abordando a estrutura organizacional e atribuições conforme organograma apresentado personalizada .	

FA.1.1 Organização das atividades individualizadas para o estabelecimento/unidade de saúde	Implantação de gestão	Proposta para Regimento do Serviço Multiprofissional	01 ponto	1	pags 332 a 341	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.5, número 9.	O Regimento compreende a um documento onde estão descritos o conjunto de normas e regras definidas para regulamentar a atuação dos profissionais, considerando as diversas situações do cotidiano atreladas às funções e determinações dos respectivos conselhos de classes e garantindo alinhamento às políticas institucionais. Contempla as recomendações de atuação e limites éticos de cada profissional, respeitando os códigos de ética de seu respectivo conselho de classe.	Apresentado às pags 260 a 289 a proposta de Regimento do Serviço Multiprofissional da candidata para o HEAPA contendo toda a estrutura formal de regimento, abordando a estrutura organizacional e atribuições conforme organograma apresentado personalizada .
		Proposta de Projeto de Tecnologia da Informação com vista ao controle gerencial da Unidade e melhoria do atendimento ao usuário	01 ponto	0,5	pags 289 a 331	Manual Brasileiro de Acreditação, Subseção 1.7: Gestão da Tecnologia e Segurança da Informação	Apresenta atividades relacionadas à segurança das informações em meio físico e digital, contemplando coleta, processamento, armazenagem, distribuição de informações, controle e manutenção da infraestrutura tecnológica apropriada ao perfil e complexidade da organização.	Apresentado às pags 289 a 331 proposta de Projeto de Tecnologia da Informação com vista ao controle gerencial da Unidade e melhoria do atendimento ao usuário. Destacamos que não foi utilizada a metodologia de projeto, faltando principalmente cronograma de implantação , custos possíveis e a parte de hardware muito embora foram citados vários sistemas e softwares, de gestão e operacionais.
		Proposta para Regimento do Corpo Clínico	01 ponto	1	Pags 332 a 341	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.5, número 9	O Regimento compreende a um documento onde estão descritos o conjunto de normas e regras definidas para regulamentar a atuação dos profissionais, considerando as diversas situações do cotidiano atreladas às funções e determinações dos respectivos conselhos de classes e garantindo alinhamento às políticas institucionais. Contempla as recomendações de atuação e limites éticos de cada profissional, respeitando os códigos de ética de seu respectivo conselho de classe.	Apresentado às pags 332 a 341 a proposta de Regimento do Serviço Multiprofissional da candidata para o HEAPA contendo toda a estrutura formal de regimento, abordando a estrutura organizacional e atribuições conforme organograma apresentado personalizada .
	Implantação de Processos	Proposta de manual de protocolos assistenciais	02 pontos	1	341 a 517	Organização Mundial da Saúde : 6 Protocolos Básicos de Segurança do Paciente	A definição dos protocolos devem ser baseados no perfil de atendimento e o acompanhamento através de ferramentas de medição de adesão/efetividade. Protocolos clínicos gerenciados baseados no conhecimento científico atual e no perfil epidemiológico, risco ou custo dos pacientes atendidos: com objetivo na segurança do paciente. Deve ser observado descrição quanto: diagnóstico, objetivos estruturação do protocolo, Indicadores e aprovação. Observar menção aos protocolos básicos, preconizados pela OMS, e/ou texto descrevendo foco na segurança do paciente	Não apresentou uma proposta de manual que descreve estrutura de protocolo, objetivos, indicadores de desempenho e aprovação. Apresentou os protocolos já com estruturação definida e aprovados e com descrição de objetivos, mas não foi apresentado indicadores de desempenho do acompanhamento das atividades.
						Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.1, número 4		
						RDC 36/2013		
						Port.599/2013-MS		
		Proposta de manual de rotinas para administração financeira e gestão de custos	02 pontos	2	518 a 442	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 11, número 12	A política de Gestão Financeira é um compromisso, por escrito, que define um conjunto de diretrizes e ações pertinentes a organização Financeira, utilizadas como subsídio para otimização do desempenho e sustentabilidade da organização. Esta política deve estabelecer minimamente: • gestão orçamentária de acordo com as diretrizes estratégicas e demandas operacionais;critérios para orientar as decisões de alocação de recursos; • acompanhamento periódico do desempenho financeiro; • gestão de custos; • gestão de contratos; • gestão do patrimônio; • planejamento e monitoramento financeiro definindo critérios de orientação para as decisões de alocação de recursos;sistema financeiro eficaz usado para registrar e rastrear receitas e despesas passadas, atuais e projetadas e posições financeiras;	Documentação descreve gestão de custos, contratos, patrimônio, orçamentária, rastreamento de despesas
	Incrementos de Atividades	Proposição de Projetos Assistenciais de Saúde e/ou Sociais dentro do custeio previsto para a unidade e/ou Sociais	05 pontos	4,5	543 a 568	Regulamento Técnico para Planejamento, Programação, Elaboração e Avaliação de Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde - Biblioteca Virtual em Saúde, MS	1.Programa de Necessidades; 2. Estudo Preliminar; 3. Projeto Básico: detalhamento para definição e quantificação dos materiais, equipamentos e serviços relativos ao empreendimento. AS propostas devem conter no mínimo: objetivos/metass, contextualização e informar previsão de custos.	Apresentou 9 Projetos: 1. HEAPA NAS ESCOLAS; 2. PRESERVAÇÃO DA SAÚDE MENTAL DOS PACIENTES NA UTI; 3.AMBIENTAÇÃO DE ACOMPANHANTES; 4. MUSICOTERAPIA; 5. ENFERMEIRO ESPECIALISTA EM TRATAMENTOS DE FERIDAS; 6.GUARDIÕES DO SILÊNCIO; 7.HEAPA DOA AMOR; 8. PASTORAL DA SAÚDE; 9.SAFETY HUDDLE. Todos os projetos apresentaram: objetivos, contextualização, plano de trabalho e cronograma; os custos foram informados como ação sem custo ou dentro do custeio previsto no edital. Não foi apresentado levantamento demonstrando as necessidades da unidade de saúde para os projetos apresentados ou se os mesmos são factíveis as rotinas e estrutura da unidade de saúde pretendida.

TOTAL DE PONTOS FA.1:			17,80					
FA.2 – Área de Qualidade: Avalia medidas da proposta de trabalho para implantação de comissões. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:			Pontuação Total: 20 pontos		Página da Proposta	JUSTIFICATIVA DA AVALIAÇÃO		
			Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída		Referência/ Fonte	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
	Comissão de Ética Médica	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	570/576	-Lei 3268 de 30 de setembro de 1957 Dispõe sobre Conselho de Medicina; -Resolução CFM N° 2217 DE 27/09/2018 aprova o cod de ética médica RESOLUÇÃO CFM N° 2.152/2016 Estabelece normas de organização, funcionamento, eleição e competências das Comissões de Ética Médica dos estabelecimentos de saúde	Apresentar portaria de Instituição com membros, atividades e cronograma	
	Comissão de Ética em Enfermagem	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	576/584	Res. 593/2018 - Normatizar a criação e funcionamento das Comissões de Ética de Enfermagem-CEE nas Instituições com Serviço de Enfermagem.	Apresentar portaria de Instituição com membros, atividades e cronograma (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
	Comissão de Biossegurança	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	584/588	Lei 11.105 de 24/03/2005 - Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei n° 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória n° 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei n° 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.	Apresentar portaria de Instituição com membros, atividades e cronograma (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
	Comissão de Controle de Infecção Hospitalar	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	588/597	PORTARIA N° 2616, DE 12 DE MAIO DE 1998 Programa de Controle de Infecção Hospitalar	Considerando as determinações da Lei n° 9431 de 6 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção pelos hospitais do país, de Programa de Controle de Infecções Hospitalares. (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
	Comissão de Análise e Revisão de Prontuários	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	597/605	Res CFM n° 1821 de 11 de julho de 2007 Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde.	Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde. (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
	Comissão de Verificação de Óbitos	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	605/611	RESOLUÇÃO N° 2.171, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017Regulamenta e normatiza as Comissões de Revisão de Óbito, tornando-as obrigatórias nas instituições hospitalares e Unidades de Pronto Atendimento (UPA).	Regulamenta e normatiza as Comissões de Revisão de Óbito, tornando-as obrigatórias nas instituições hospitalares e Unidades de Pronto Atendimento (UPA). (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
						https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hu-uffj/governanca/superintendencia/comissoes-obrigatorias/ResolucaoCFMComissodebito.pdf		
	Comissão de Residência Médica (COREME)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	611/621	Lei No 6.932, de 7 de julho de 1981.	Considerando as determinações da Lei n° 9431 de 6 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção pelos hospitais do país, de Programa de Controle de Infecções Hospitalares. (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
	Comissão de	Proposta de Constituição (membros, finalidade)					CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis n° s 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de	

Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU)	(membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	621/627	LEI N° 11.129, DE 30 DE JUNHO DE 2005.	24 de abril de 2002; e dá outras providências. Dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências. (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	627/636	https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14457&ano=2022&ato=77cFTVq5kMZpWT26c Ministério do Trabalho e Emprego - Portal Gov. br	(Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
Serviço Especializado em Engenharia de Segurança em Medicina do Trabalho	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	636/641	https://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr4.htm PORTARIA N.º 3.214, 08 DE JUNHO DE 1978 (DOU de 06/07/78 - Suplemento) “Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho”	“Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho”	
Comissão de Documentação Médica e Estatística	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de atividades Anual	0,4 ponto	0,4	641/648	LEI N° 13.787, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018. Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente.	Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente.	
					LEI N° 13.787, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural..	Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.	
Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	648/662	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html https://www.conselho.saude.gov.br/Web_comissoes/conep/aquivos/CNS%20%20Norma%20Operacional%20001%20-%20conep%20finalizada%2030-09.pdf	(Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
Equipe Multiprofissional de Terapia Nutricional (EMTN)	Proposta de Constituição (membros, finalidade),	0,4 ponto	0,4	662/672	NORMA TÉCNICA PARA ATUAÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM EM TERAPIA NUTRICIONAL	Norma Técnica que dispõe sobre a Atuação da Equipe de Enfermagem em Terapia Nutricional.	
	Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual				RESOLUÇÃO COFEN N° 0453/2014	Aprova Norma Técnica que dispõe sobre a atuação de equipe Enfermagem em Terapia Nutricional.	
Comissão de Proteção Radiológica	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	672/678	Norma 3.01 CNEM e Diretrizes básicas de Proteção Radiológica	O objetivo desta Norma é estabelecer os requisitos básicos de proteção radiológica das pessoas em relação à exposição à radiação ionizante.	
Comissão de Resíduos de Serviços de Saúde	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	678/686	RDC 272 222 - GERENCIA DE REGULAMENTAÇÃO E CONTROLE	Todo serviço gerador deve dispor de um Plano de Gerenciamento de RSS (PGRSS), observando as regulamentações federais, estaduais, municipais ou do Distrito Federal.	
					RDC 272 222 comentada		
					https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm		
					RDC 306/2004 e https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm		
					PORTARIA N° 158, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2016 Redefine o regulamento técnico de	O Comitê Transfusional (CT) é um grupo de	

FA.2.1 Qualidade Objetiva: Avalia medidas da proposta de trabalho para implantação de comissões	Comitê Transfusional	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	686/694	RDC Nº 34, de 11 de junho de 2014 - Ministério da Saúde	profissionais de diferentes especialidades responsável pela definição e avaliação contínua da prática hemoterápica e pela hemovigilância, num serviço de saúde (BRASIL, 2016). De acordo com a Portaria do Ministério da Saúde, nº158 de 4 de fevereiro de 2016 Art. 12. "Toda instituição de assistência à saúde que realiza transfusão de sangue e componentes sanguíneos comporá ou fará Transfusional. § 1º É competência do Comitê Transfusional o monitoramento da prática hemoterápica na instituição de assistência à saúde visando o uso racional do sangue, a atividade educacional continuada em hemoterapia, a hemovigilância e a elaboração de protocolos de atendimento da rotina hemoterápica.	
	Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente (NQSP)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	694/701	RDC36/2013 Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras PORTARIA Nº 529, DE 1º DE ABRIL DE 2013 Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).	Segundo a RDC nº. 36/2013, o NSP é "a instância do serviço de saúde criada para promover e apoiar a implementação de ações voltadas à segurança do paciente", consistindo em um componente extremamente importante na busca pela qualidade das atividades desenvolvidas nos serviços de saúde	
	Núcleo de Vigilância Epidemiológica Hospitalar	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	701/710	PORTARIA GM/MS Nº 1.694 - Brasil SUS DE 23 DE JULHO DE 2021 Institui a Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica	O perfil Epidemiológico, geralmente é traçado por meio de questionários personalizados abordando questões como hábitos de vida, doenças prévias e histórico familiar, por exemplo. Dados complementares podem ser conseguidos de outras maneiras, como análise de internações, utilização de consultas e declarações de saúde.	
	Comissão Interna de Qualidade	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	710/721	ISO 9001:2015	A Comissão de Avaliação Interna da Qualidade tem como atribuição a condução dos processos de avaliação interna da instituição, de sistematização e de prestação das informações aos gestores, monitoramento dos indicadores assistenciais, monitoramento dos indicadores assistenciais. Esses indicadores estão ligados a diversos processos como assistência de enfermagem, protocolos gerenciados entre outros como, por exemplo, a incidência de lesão por pressão, índice de flebite, tempo porta ECG etc. Além dos indicadores de Gestão dministrativa da Unidade.	
						PORTARIA Nº 3.390, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013 Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS).		
	Comissão de Prevenção e Cuidados com Integridade da Pele	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	721/730	PROTOCOLO PARA PREVENÇÃO DE ÚLCERA POR PRESSÃO	A regulamentação do Programa Nacional de Segurança do Paciente trouxe progresso ao sistema de notificação ao tornar compulsória a notificação de eventos adversos relacionados à assistência, inclusive no que se refere à notificação de lesão por pressão. Papel da Comissão.	
						Manual de boas práticas da ANVISA		
	Comitê de Gerenciamento dos Pacientes com Risco para Longa Permanência Hospitalar	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	730/735	PORTARIA Nº 2.809, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012 Estabelece a organização dos Cuidados Prolongados para retaguarda à Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) e às demais Redes Temáticas de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	A internação de Longa Permanência compreende o período superior há 30 dias em que um paciente permanece em um leito hospitalar. Devendo portanto ser monitorado pelo comitê de gerenciamento de riscos, utilizando ferramentas como as escalas de News, Meows (Morbidade materna) e Pews (tratamento pediátrico, de 0 a 16 anos) e outras.	
						Ferramentas que possibilitam que o protocolo hospitalar, tem por objetivo garantir o atendimento antecipado ao paciente por meio da identificação dos sinais de deterioração clínica.		
	Núcleo Interno de Regulação (NIR)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	735/743	PORTARIA Nº 3.390, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013 Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS).	O Núcleo Interno de Regulação – NIR é um serviço que possibilita o monitoramento do paciente desde a sua chegada à instituição, durante o processo de internação e sua movimentação interna e externa, até a alta hospitalar.	
						PORTARIA Nº 1.559, DE 1º DE AGOSTO DE 2008 Institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde - SUS.		
						Classificação de risco de Agentes biológicos	LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005	

	Comissão de Acidentes com Material Biológico (CAMB)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	743/750	PORTARIA Nº 1.914, DE 9 DE AGOSTO DE 2011 Aprova a Classificação de Risco dos Agentes Biológicos elaborada em 2010, pela Comissão de Biossegurança em Saúde (CBS), do Ministério da Saúde.	Desde sua criação, o objetivo da CBS é definir estratégias de atuação, avaliação e acompanhamento das ações ligadas à Biossegurança de forma a ter o melhor entendimento entre o Ministério da Saúde com órgãos e entidades relacionadas ao tema. As principais atribuições dessa Comissão são: participar e acompanhar nos âmbitos nacional e internacional, da elaboração e reformulação de normas de biossegurança; proceder ao levantamento e análise das questões referentes à biossegurança, visando identificar seus impactos e suas correlações com a saúde humana; propiciar debates públicos sobre biossegurança, por intermédio de reuniões e eventos abertos à comunidade; estimular a integração de ações dos diversos órgãos do Sistema Único de Saúde (SUS), nas questões de biossegurança em saúde; e assessorar, nas atividades relacionadas à formulação, à atualização e à implementação da Política Nacional de Biossegurança.	
	Comissão de Padronização de Produtos para Saúde	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	750/756	SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos ... Portaria GM/MS nº 2.848, DE 06 de Novembro de 2007 https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/produtos-para-a-saude/manuais/manual-de-pre-qualificacao-de-artigos-medico-hospitalares.pdf/view	Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS Publica a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais - OPM do Sistema Único de Saúde. Item 04: Descreve finalidade, deveres e relações com profissionais, usuários e administração da unidade de saúde.	
	Comissão de Processamento de Produtos de Saúde (CPPS)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	456/763	Resolução RDC nº 15, de 15 de março de 2012, Anvisa	(Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
	Comissão de Análise de Óbitos Maternos, Fetais e Neonatais	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	764/770	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015 - Ministério da Saúde PNAISC — Ministério da Saúde - Portal Gov.br	(Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
	Comissão de Farmácia e Terapêutica	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	770/776	Resolução Nº. 338, de 06 de maio de 2004 - Ministério da Saúde Farmácia Hospitalar - CFF	Estabelece a Política Nacional de Assistência Farmacêutica Descrever orientações quanto: objetivos, composição e competências da comissão de farmácia e terapêutica	
	Comitê de Compliance	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	776/784	COMISSÃO DE COMPLIANCE	Composição básica: pelo menos, 1 representante da área de Gestão de Pessoas, 1 do Jurídico, 1 de Compliance e 1 da Auditoria Interna. Com as seguintes atividades básicas: mplantar um código de ética na organização; destacar aos colaboradores o fortalecimento institucional que ocorre sempre que seus membros agem dentro dos padrões de conduta da empresa — o que pode ser feito por meio de campanhas de endomarketing; idealizar a realização de programas de treinamento e conscientização, com conteúdos específicos para cada um dos setores (Jurídico, Contabilidade, Vendas etc.); buscar meios de capacitar os tomadores de decisão para que todas as suas ações estratégicas sejam adotadas dentro de padrões éticos, morais e legais; promover um clima ético na organização, enaltecendo valores intangíveis — como honestidade, lisura e justiça — como essenciais ao trabalho de todos.	
	Outras Comissões	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	***	Apresentação de documentação a depender da particularidade da unidade de saúde, conforme Política Nacional de Saúde em questão, contendo os requisitos básicos descritos pelo MS.	Descrever orientações quanto: objetivos, composição e competências da comissão	Comissão intra-hospitalar de doação de órgãos e tecidos para transplantes (CIHDOTT) (784/792), Equipe Multiprofissional de Terapia Nutricional (EMTN) (792/802), Comissão de humanização (802/808), Comissão de eventos (808/811)

FA.2.2 Qualidade Subjetiva: Avalia medidas de promoção da relação humana e apoio social na comunidade interna e externa do Hospital : Acolhimento e Atendimento	Acolhimento	Manual com indicação das formas de notificação, recepção, orientação social e apoio psicossocial aos usuários e acompanhantes na emergência conforme Classificação de Risco.	02 pontos	2	879/887	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 2.3, número 8	Apresenta metodologia para avaliação de pacientes que procuram o serviço para identificar suas necessidades de saúde. Aqueles com necessidades emergentes, urgentes ou imediatas são priorizados para avaliação e tratamento.	
		Instrução com definição de horários, critérios e medidas e controle de risco para as visitas aos usuários	02 pontos	2	887/889	https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/humanizasisus/rede-humanizasisus/humanizasisus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf		
	Atendimento	Proposta de implantação de orientações quanto às formas de acomodação e conduta para os acompanhantes, Proposta de formas de acomodação e conduta para os acompanhantes, com ênfase aos de usuários idosos, crianças, adolescentes e portadores de necessidades especiais conforme previsão da legislação vigente	02 pontos	2	890	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.4, número 1	A organização possui uma sistemática estabelecida, com canais divulgados para recebimento das manifestações dos pacientes/acompanhantes, classifica por criticidade com foco na segurança do paciente. Analisa o que ocorreu e o que precisa ser feito para melhorar e responde ao paciente/acompanhante sobre as providências tomadas para a melhoria. As manifestações englobam, por exemplo, os pedidos de informações, sugestões, reclamações, elogios e denúncias, incluindo aquelas recebidas por meio de contatos informais.	
		Proposta de implantação de ouvidoria vinculada a SES, com pesquisa de satisfação.	02 pontos	2	892/894	https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/humanizasisus/rede-humanizasisus/humanizasisus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf		

FA.3 – Qualificação técnica: Avalia a capacidade gerencial da proponente ou do corpo diretivo quanto a administrar um hospital e conduzir as ações assistenciais com bom nível de desempenho, com equipe titulada nas áreas afins:			Pontuação 20 pontos		Página da Proposta	JUSTIFICATIVA DA AVALIAÇÃO		
			Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída		Referência/ Fonte	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
FA.3.1 Experiência Anterior em Gestão Hospitalar da proponente ou de seu corpo diretivo	Experiência da Organização Social em Saúde ou de seus gestores na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 200 leitos		05 pontos	0	897 a 915	Apresentação de documentação, conforme edital		Apresentou a experiência do gestor Ricardo Furtado na Diretoria Técnica do HUGO, mas não foi encontrado vínculo com o IPGSE, por isso não foi pontuado.
	Experiência da Organização Social em Saúde ou de seus gestores na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 100 leitos e inferior a 200 leitos		04 pontos	0	917 a 1120	Apresentação de documentação, conforme edital		Hospital Estadual de Santa Helena de Goiás-HERSO: 91 leitos. Consulta realizada no site CNES (http://cnes.datasus.gov.br/), em 18/10/23.
	Experiência da Organização Social em Saúde ou de seus gestores na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 50 leitos e inferior a 100 leitos		03 pontos	3	1122 a 1130	Apresentação de documentação, conforme edital		Hospital Estadual de Santa Helena de Goiás-HERSO: 91 leitos. Consulta realizada no site CNES (http://cnes.datasus.gov.br/), em 18/10/23.
	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) ativo e regular na área da saúde, com proposta de aplicação do recurso na unidade hospitalar, com anuência posterior da SES/GO		04 pontos	0	1175 a 1176	Apresentação de documentação, conforme edital		Apresentou declaração de solicitação do CEBAS (processo 25000.093616/2022-61), realizada em 01/07/22, mas a te o momento está sob análise. Em consulta ao site http://cebas.mec.gov.br/ foi verificado que o mesmo continua com o status em avaliação. Não pontuou porque o edital solicita CEBAS ATIVO
	Certificado de Acreditação – ONA, Joint Comission International, Qmentum da Canadá Accreditation International obtidos pela unidade hospitalar durante a gestão da OSS proponente		03 pontos	3	1178 a 1179	Apresentação de documentação, conforme edital		Validade: 10/2023. Consulta realizada no site https://www.ona.org.br/ , em 18/10/23.
	Apresentação de organograma da unidade, com definição das competências de cada membro do corpo diretivo		02 pontos	2	1180 a 1186	https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2016/2147_20_16.pdf	representação gráfica da forma como a empresa se divide hierarquicamente, demonstrando os cargos existentes na instituição	Apresentou organograma com descrição das competências das diretorias descritas: Diretoria Geral, Diretoria Técnica, Diretoria Assistencial e Multiprofissional e Diretoria Administrativa.
						https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2011/1980		
						Fundação Getúlio Vargas		

FA.3.2 Estrutura e experiência da Diretoria	Titulação de especialistas em administração hospitalar dos membros da diretoria e coordenações (cada profissional poderá obter no máximo 0,5 ponto)	04 pontos	4	1188 a 1192 ; 1193 a 1197; 1198 a 1202; 1203 a 1207; 1208 a 1212; 1213 a 1217; 1218 a 1222; 1223 a 1227	Apresentação de documentação, conforme edital		Anne Caroline Rezende (apresentou carta de aceitação em participar da Direção ou Gerencia do HEAPA/ Certificado de Especialização em gestão hospitalar): 0,50 Ariany Marques Silva (apresentou carta de aceitação em participar da Direção ou Gerencia do HEAPA/ Certificado de Especialização em gestão hospitalar): 0,50 Eliezer Campos (presentou carta de aceitação em participar da Direção ou Gerencia do HEAPA/ Certificado de Especialização em gestão hospitalar): 0,50 Fábio Matos (apresentou carta de aceitação em participar da Direção ou Gerencia do HEAPA/ Certificado de Especialização em gestão hospitalar): 0,50 Loianny Severo (apresentou carta de aceitação em participar da Direção ou Gerencia do HEAPA/ Certificado de Especialização em gestão hospitalar): 0,50 Tiago Antunes (apresentou carta de aceitação em participar da Direção ou Gerencia do HEAPA/ Certificado de Especialização em gestão hospitalar): 0,50 Karla Bezerra (apresentou carta de aceitação em participar da Direção ou Gerencia do HEAPA/ Certificado de Especialização em gestão hospitalar): 0,50 Etienne Miranda (apresentou carta de aceitação em participar da Direção ou Gerencia do HEAPA/ Certificado de Especialização em gestão hospitalar): 0,50
	Experiência mínima de 1 ano da Diretoria da Organização Social em Saúde (lotados na unidade) no gerenciamento de Unidade Hospitalar (cada Diretor poderá obter no máximo 0,5 ponto)	03 pontos	1	1229 a 1233; 1234 a 1238; 1239;	<u>RESOLUÇÃO CFM nº 2.147/2016 - Estabelece normas sobre a responsabilidade, atribuições e direitos de diretores técnicos, diretores clínicos e chefias de serviço em ambientes médicos</u>	Estabelece normas sobre a responsabilidade, atribuições e direitos de diretores técnicos, diretores clínicos e chefias de serviço em ambientes médicos	Rafael Camargos: apresentou declaração de de Diretor administrativo em 2018 e Diretor Geral em 01/03/23, mas não demonstrou experiência mínima de 01 ano nos cargos supracitados, não demonstrou com datas o período ocupado no cargo de Diretor administrativo e no cargo de Diretor Geral, até o momento desta avaliação, tinha 7 meses de experiência, por isso não pontuou. Fernando Duarte (Diretor Administrativo do HMU): 0,50 Aluisio Parmezani (Diretor Administrativo HERSO): 0,50
FA.3.3 Implementação de Serviços e funcionamento da Equipe Interdisciplinar	Apresentação de quadro de pessoal médico por área de atenção compatível com as atividades propostas no plano de trabalho	02 pontos	2	Pags. 1272 a 1275	Apresentação de documentação, conforme edital		Apresentou o quadro de pessoal médico por área compatível as atividades propostas no plano de trabalho. Refere em texto que o quantitativo será conforme o perfil e a demanda de atendimentos do HEAPA e os 13 médicos hoje do HEAPA serão aditados na equipe.
	Protocolos de enfermagem (rotinas por nível de qualificação dos profissionais) nas áreas de ambulatório e urgência	02 pontos	1,8	Pags. 1395 a 1726	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 2.3, número 2	Apresenta o método de dimensionamento das equipes multidisciplinares, demonstra a padronização e dimensionamento de materiais e equipamentos	Apresentou protocolos de enfermagem comuns nas áreas de ambulatório e urgência sem detalhar o que é específico de cada área e com isso não traz a personalização de cada setor da unidade.
	Protocolos assistenciais de atenção médica e rotinas operacionais para os serviços de maior complexidade na medicina como nas emergências e unidades de terapia intensiva de adulto	02 pontos	2	Pags.1726 a 2153	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 2.3, número 2	Apresenta o método de dimensionamento das equipes multidisciplinares, demonstra a padronização e dimensionamento de materiais e equipamentos conforme perfil da unidade.	Apresentou protocolos médicos nas áreas de Emergência e UTI abrangendo traumatologia, angiologia, cardiologia e procedimentos.
FA.3.4 Implementação de Serviços e funcionamento da Equipe	Protocolos assistenciais de atenção médica e rotinas operacionais para os ambulatórios, hospital dia e enfermarias, destaques para os plantões e sobreavisos	02 pontos	1,6	Pags. 2154 a 2769; 1273 a 1275	Portaria nº 44/GM/MS, de 10 de janeiro de 2001 - Ministério da Saúde Portaria Nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013 - Ministério da Sa de	Aprovar no âmbito do Sistema Único de Saúde a modalidade de assistência - Hospital Dia Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo- se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS)	Apresentou os protocolos assistenciais médicos para as áreas ambulatório/ hospital dia, Enfermarias. A maioria dos protocolos apresentados foram os mesmos disorridos para emergências e uti. Apresentou planilha com carga horária e quantidade de profissionais médicos para as áreas mencionadas e normas para os plantões de sobreavisos não sendo mencionado na planilha.
	Proposta para convênio de cooperação técnica com entidades de ensino para desenvolvimento de estágio curriculares, treinamentos em serviços, residências e estágios	01 ponto	1	Pags 2770 a 2812	Portaria Interministerial Nº 2.400, DE 02 DE OUTUBRO DE 2007 Estabelece os requisitos para certificação de unidades hospitalares como Hospitais de Ensino.		Apresentados às pags 2770 a 2812 3 modelos de convênios já personalizados entre o IPGSE (HEAPA) e as Universidades de Rio Verde e UNIFAN cujo objeto celebram Termo para convênio de cooperação técnica com entidades de ensino para desenvolvimento de estágio curriculares, treinamentos em serviços, residências e estágios.
	Apresentação de título stricto sensu na área de gestão em saúde dos indicados para a gestão da unidade, com documento comprobatório de interesse do titular	01 ponto	0	2803 a 2812	Apresentação de documentação, conforme edital		Thaísa Afonso : apresentou CERTIFICADO DE MESTRADO EM ENFERMAGEM, e não na área de gestão em saúde, por isso não pontuou.

Interdisciplinar	Protocolos de enfermagem (rotinas por nível de qualificação dos profissionais) nas áreas de internação/enfermarias, UTI, CME e bloco cirúrgico	01 ponto	0,8	2813 a 2939; 2940 a 3018; 3018 a 3281; 1714 a 1720	RESOLUÇÃO - RDC Nº 15, DE 15 DE MARÇO DE 2012	Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências. Art. 3º Este Regulamento se aplica aos Centros de Material e Esterilização - CME dos serviços de saúde públicos e privados, civis e militares, e às empresas processadoras envolvidas no processamento de produtos para saúde.	Apresentou protocolos de enfermagem (rotinas) para as áreas CME, Bloco cirurgico, enfermarias e UTI. O protocolo de cirurgia segura não foi apresentado em bloco Cirurgico, estão nas pags. 1714 a 1720 descrito nos protocolos de enfermagem de ambulatório e urgência.
	Instrução para o funcionamento do serviço social com especificação de estrutura, normas e rotinas, definidas as áreas de abrangência, horário e equipe mínima	01 ponto	0,8	3281/3286	Política Nacional de Humanização - HumanizaSUS - Portal Gov.br O Serviço Social em hospitais: Orientações Básicas - Cress RJ	Descrever demandas dos usuários, atribuições do serviço social nas unidades e recursos materiais e humanos necessários.	A Lei 12.317/2010, estabelece a jornada de trabalho para assistentes sociais em 30 horas semanais, com isso o número de profissionais elencados na proposta não são suficientes para abarcar o setor nas 24h.
	Instrução para o funcionamento da equipe multiprofissional com especificação de normas e rotinas, área de abrangência, horário e equipe mínima	02 pontos	2	3287 a 3327	Portaria Nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013 - Minist rio da Sa de Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 - Minist rio da Sa de	Atendeu em sua totalidade o item, pois contemplou as informações solicitadas para as equipes de enfermagem, fisioterapia, psicologia, terapeuta ocupacional, nutrição, fonoaudiologia e farmácia.	
FA.3.5 Implementação e Funcionamento de outros Serviços	Normas para o funcionamento do serviço de Administração Geral com especificação de estrutura, normas e rotinas, horário e equipe mínima	02 pontos	2	pags 3327 a 3350	Dimensionamento na administração pública federal	Utilizar modelos qualitativos e quantitativos para o dimensionamento, considerando: a movimentação de pessoal a partir da estimativa do quadro ótimo de pessoal para as diversas unidades de trabalho ou entregas e resultados de um órgão público; subsidiar a necessidade de formulação e entrega de programas e ações de capacitação e desenvolvimento, servindo os resultados do dimensionamento de contraste para as solicitações de eventos instrucionais por parte dos servidores e gestores; completar o processo de gestão do desempenho eminentemente assentado na perspectiva comportamental, podendo os resultados do dimensionamento ser usados como contraste para mitigar vieses de resposta naquela avaliação ou como complemento para a composição de um escore ampliado de avaliação; prover insumos para a elaboração de programas de saúde e segurança dos colaboradores.	Apresentado às pags 3327 a o quadro funcional de toda equipe administrativa em numero de 67 cargos num total de 104 colaboradores em tabela com carga horária e vínculo empregatício . Descreve os horarios de funcionamento de todas as áreas inclusive nas que se diferenciam por turnos. Descreve as atribuições de cada setor administrativo inclusive a metodologia utilizada no controle de estoque (curva ABC, análise 123, análise PQR, Análise XYZ. Descreve o procedimento específico para as aquisições. Descreve a rotina e fluxos de todo o processo de aquisição desde a escolha de fornecedores, avaliação destes, fluxo de distribuição, fluxo de inventário. Tabela contendo equipe mínima às pags 3328.
	Apresentação da padronização de medicamentos e materiais médicos hospitalares	02 pontos	2	3350 a 3423	Portaria Nº 35, de 14 de janeiro de 1986, do Ministério da Educação, que determina a criação de Comissão de Padronização de Medicamentos nos Hospitais de Ensino RENAME Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas- PCDT / MS	Avaliar projeto se houver ou metodologia de padronização	Documentação elencou, para a padronização de medicamentos e material médicos, áreas envolvidas, metodologia com critérios para definição de embalagem e apresentação de critérios para reposição (no caso de material médico), documentação técnica necessária para o fornecimento de medicamentos e material médico (a exemplo registro ANVISA). Foi descrito orientações de farmacovigilância e tecnovigilância para ações de inclusão e exclusão das listas padronizadas. Informações foram prestadas em formato de Manual de Padronização de Medicamentos. A lista de medicamentos está de acordo com o perfil assistencial da unidade de saúde. Apresentou lista de material medico padronizado.
	Apresentação de critérios para a contratação de terceiros para os serviços de limpeza, vigilância e manutenção predial	02 pontos	1	3423 a 3424	Instrução Normativa Serviços Reestruturação do modelo de contratação de serviços terceirizados	Apresenta os critérios jurídicos, para a contratação de terceiros para os serviços de limpeza, vigilância e manutenção predial	Os critérios para a contratação de terceiros para os serviços de limpeza, vigilância e manutenção predial foram apresentadas de forma generalizada sem descrever os critérios específicos para cada serviço terceirizado, considerando ambiente hospitalar, a exemplo: critérios qto a segurança dos funcionarios em relação a atividade executada, materiais utilizados, condições de monitoramento para cada serviço e documentação específica exigida. Foram descritos as legislações a serem seguidas, normas referentes a segurança e treinamento do trabalhador e descrição sobre aplicação de análise de risco.

FA.3.6 Política de Recursos Humanos	Apresentação de projeto de desenvolvimento humano com pesquisa periódica de clima organizacional e definição de uso das informações	03 pontos	3	págs 3424 a 3437	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.5, número 9	Constitui um processo de diagnóstico dos aspectos que possam impactar a satisfação dos profissionais quanto ao ambiente interno da organização, planejamento e implementação de iniciativas de melhorias. As dimensões de pesquisa e análise incluem: liderança, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe, comunicação, gestão organizacional, práticas de gestão de pessoas, qualidade de vida, segurança, dentre outras, contemplando: Planos de ação voltados às iniciativas de melhoria. Fóruns de discussão de ações de intervenção. Campanhas de comunicação interna para estimular a participação e para apresentação dos resultados.	Apresentado às págs 3424 a 3437 projeto de desenvolvimento humano com pesquisa periódica de clima organizacional em conformidade com a metodologia OKR e definição de uso das informações
	Apresentação de plano de cargos e salários	03 pontos	3	págs 3438 a 3587	https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/empresas-estatais-federais/publicacoes/arquivos/plano-de-cargos-e-salarios-e-plano-de-funcoes-diretrizes-e-orientacoes.pdf	.	Apresentado às págs 3438 a 3583, plano de Cargos da Instituição com a descrição de 104 cargos com os requisitos, habilidades, competências e atribuições de cada um. Também demonstrado às págs 3583 a 3587 planilha contendo carga horária e salário base de todos 104 cargos.
	Proposta para estabelecimento de Normas para Seleção de Pessoal, Contrato de Trabalho e Avaliação de Desempenho, sugestão de condutas para combater absenteísmo dos profissionais e estimular produção.	03 pontos	3	págs 3587 a 3629, 3614, 3780 a 3783	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.5, número 3	Consiste em estabelecer as etapas e os critérios para os processos de recrutamento, seleção e desligamento dos profissionais. O processo de recrutamento e seleção deve assegurar competências alinhadas às necessidades da organização e às especificidades dos cargos e definir os requisitos qualitativos/pessoais para o exercício da função	Apresentou a partir da pag 3588 o Regulamento de Recrutamento, seleção e contratação de pessoa às págs 3614 inclusive com os formulários e modelo de Avaliação de experiencia nos 45 e 90 dias. Apresenta às págs 36 14 a 36 23 a sistemática de Avaliação de Desempenho sob o olhar da metodologia de avaliação 180°. As págs 3780 a 3783, apresenta sugestão de condutas para combater absenteísmo personalizada dos profissionais e estimular produção.
	Registro e controle de pessoal e modelo para escalas de trabalho e apresentação de critérios para casos de afastamentos (férias e licenças)	01 ponto	1	págs 3629 a 3644	Planejamento Estratégico de acordo com a ISO 9001:2015	Definição e elaboração de um Planejamento Estratégico para a organização	Apresentado às págs 3629 a 3644 Registro e controle de pessoal e modelo para escalas de trabalho e apresentação de critérios para casos de afastamentos (férias e licenças)
FA.3.7 Metodologia de Projetos	Proposta de trabalho com adequado planejamento, visão de futuro, cronogramas de execução, custos estimados e resultados factíveis.	02 pontos	2	págs 3645 a 3659	PORTARIA Nº 936, DE 27 DE ABRIL DE 2011 Dispõe sobre as regras e critérios para apresentação, monitoramento, acompanhamento e avaliação de projetos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS)	Dispõe sobre as regras e critérios para apresentação, monitoramento, acompanhamento e avaliação de projetos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS).	Apresentados às págs 3645 a 3659 Proposta de trabalho com adequado planejamento (faltou a Definição de identidade Institucional do HEAPA), visão de futuro, cronogramas de execução, custos estimados e resultados factíveis.
TOTAL DE PONTOS FA.3:			42,00				